

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.328 - SP (2019/0010213-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MARGARETE ELIIN FRANZINI  
**ADVOGADO** : ELIZABETH APARECIDA DE FREITAS MOTTA CARVALHO -  
SP295500  
**AGRAVADO** : BRADESCO SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por MARGARETE ELIIN FRANZINI à decisão monocrática desta relatoria de fls. 412-415 (e-STJ), que conheceu parcialmente do recurso especial interposto pela parte contrária e, nessa extensão, deu-lhe provimento para: a) declarar a possibilidade de inclusão da autora, ora recorrida, em plano de saúde exclusivamente contratado para empregados inativos, o qual deve observar o custeio correspondente estabelecido, ainda que diferenciado dos ativos, assegurada a mesma cobertura assistencial em vigor durante a vigência do extinto contrato de trabalho; e b) consequentemente, julgar improcedente a ação, com fundamento no art. 487, I, do CPC/2015.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 457-462).

Nas razões recursais (e-STJ, fls. 466-521), a parte agravante defende o direito à fruição do plano de saúde sob as mesmas condições que vigoravam durante a vigência de seu contrato de trabalho, inclusive quanto ao custeio, sob pena de onerosidade excessiva ao aposentado, conforme decisões proferidas pela Terceira Turma do STJ.

Impugnação apresentada às fls. 524-547 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

A questão de direito objeto do recurso especial – discussão sobre as condições assistenciais e de custeio asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo – foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015. Com efeito, as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitaram o Tema 1.034 nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS.*

*EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.*

*1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.*

*(ProAfr no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprido destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator